

de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

29 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8106/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos previstos, nomeio, pelo período de um ano, o 20862391, CAP CAV Rui Sobrinho Fernandes, em substituição do 00349293, CAP CAV Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de Brito para desempenhar funções de assessoria técnica do projecto n.º 5 «Apoio à formação de unidades de forças especiais», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8107/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 365 dias, com início em 1 de Março de 2005, a comissão do tenente-coronel ENG NIM 02742883, Hermínio Teodoro Maio, no desempenho das funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 5 «Formação e organização da unidade de engenharia militar de construções», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8108/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos previstos, nomeio pelo período de um ano o 00189785, MAJ INF Joaquim Luís Correia Lopes em substituição do 09615186, MAJ INF Cesário Filipe Barros da Rocha, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 1 «Apoio à organização superior da defesa e das Forças Armadas», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de São Tomé e Príncipe.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8109/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 365 dias, com início em 1 de Março de 2005, a comissão do tenente-coronel MAN TM NIM 14330974, António Sénico da Costa Figueiro, no desempenho das funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 4 «Desenvolvimento do serviço de transmissões militares», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série,

de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8110/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 365 dias, com início em 1 de Março de 2005, a comissão do tenente-coronel ENG MAT NIM 14312080, João António Fonseca Salvado Alves, no desempenho das funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 6 «Apoio no âmbito do serviço de material», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8111/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos previstos, prorrogo pelo período de 30 dias, com início em 8 de Abril de 2005, a comissão do 00349293, CAP CAV Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de Brito, para o desempenho das funções de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 5 «Apoio à formação de unidades de forças especiais», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Cabo Verde.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

31 de Março de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 8112/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos previstos, prorrogo por um período de 365 dias, com início em 17 de Setembro de 2004, a comissão do 02742883, TCOR ENG Hermínio Teodoro Maio, para desempenhar funções de director técnico, em regime de não residente, do projecto n.º 3, «Apoio à operacionalidade do pelotão de engenharia militar de construções», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe B.

1 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Despacho n.º 8113/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, decorrido o prazo fixado em aviso publicado no jornal *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público, em conformidade com a acta de reunião realizada para apreciação de candidaturas, nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços de Programação e Normalização desta Direcção-Geral a licenciada Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão dado possuir os requisitos legais exigidos e melhor corresponder ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

4 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Bernardo Xavier Alabaça*.

Curriculum vitae

Nome — Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.
Formação académica:

Licenciatura em Economia pela UCP (1998);
Pós-graduação em Direito do Ambiente;
Curso de auditor de defesa nacional, no IDN (2002-2003).

Categoria actual — assessora principal do quadro de pessoal da DGIE/MDN.

Actividade profissional:

- 9 de Janeiro de 2005 até à presente data, directora de DSPN da DGIE/MDN, em regime de gestão;
- 9 de Janeiro de 2002 — directora de DSPN da DGIE/MDN;
- 12 de Dezembro de 1995 a 8 de Janeiro de 2002 — chefe de DEA da DSPN da DGIE/MDN;
- 1 de Março de 1995 — integra os quadros da DGIE/MDN;
- Setembro de 1994 a 28 de Fevereiro de 1995 — chefe da DEP do Gabinete Técnico do SRTA/RAA;
- 12 de Outubro de 1991 a Setembro de 1994 — coordenadora do gabinete técnico da SRTA/RAA;
- 9 de Abril de 1990 — técnica superior estagiária no gabinete técnico da SRTA/RAA;
- 1 de Setembro de 1989 a 8 de Abril de 1990 — professora provisória das disciplinas de Sociologia e Direito na Escola Secundária Pedro Alexandrino;
- 7 de Janeiro de 1987 a 30 de Agosto de 1989 — professora provisória da disciplina de Matemática na Escola Secundária n.º 2 de Loures.

Formação complementar — várias acções de formação no âmbito do planeamento, ambiente, NBQ e Administração Pública, nomea-

damente, o seminário de alta direcção (INA) e NATO School (SHAPE).

Outras actividades:

- Chefiou a delegação portuguesa nas conversações sobre protecção ambiental, no âmbito da cooperação bilateral;
- Vogal arguente em dois projectos tecnológicos, elaborados por alunos finalistas do curso de Engenharia do Ambiente da Universidade do Algarve;
- Participação em júris de concurso de selecção de pessoal como presidente de júri;
- Representa o MDN em diversas comissões de âmbito nacional e em grupos de trabalho da NATO na definição de políticas ambientais (STANAG) e *pilot studies* relacionados.

Publicações:

- Dois folhetos de sensibilização «Consciência ambiental — Consciência, educação, bom senso» e um guia de bolso sobre a protecção do meio ambiente;
- Colaboração na elaboração do artigo «Ambiente, poluição e gestão ambiental», publicado in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. cxxxI, Abril-Junho de 2001, pp. 259-274;
- Autora de 12 guiões e produtora executiva de seis filmes, subordinados ao tema «Conduta ambiental nas Forças Armadas».

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

Anúncio n.º 56/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do estabelecido no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista das empreitadas adjudicadas durante o ano de 2004 pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, com indicação dos respectivos valores envolvidos, formas de atribuição e entidades adjudicatárias:

Lista das empreitadas adjudicadas durante o ano de 2004

Número	Designação da empreitada	Firma adjudicatária	Forma de atribuição	Valor (euros, sem IVA)
1	Construção do posto de inspecção fronteiriça do porto de Viana do Castelo.	Construtora João Barros & Filhos, L. ^{da}	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	67 438,52
2	Reabilitação da marginal e estacionamento de embarcações de recreio no cais das Lavadadeiras — zona 1 do POE de Vila do Conde.	CPTP — Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S. A.	Concurso público	2 188 000
3	Obras de emergência para estabilização de taludes a poente do porto comercial de Viana do Castelo.	Irmãos Cavaco, S. A.	Ajuste directo	248 375
4	Pavimentação do terrapleno adjacente ao cais de abastecimento de combustíveis e à torre de observação do porto de pesca da Póvoa de Varzim.	Monte & Monte, S. A.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	91 032,69
5	Reabilitação do açude do rio Ave, em Vila do Conde.	Irmãos Cavaco, S. A.	Ajuste directo	240 329
6	Execução das infra-estruturas complementares da rede eléctrica e de drenagem de águas pluviais no porto de Vila Praia de Ancora.	Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S. A.	Ajuste directo	8 611
7	Reabilitação dos cobertos de carreira dos estaleiros navais de Azurara, Vila do Conde.	CASAVIANA, L. ^{da}	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	49 986,69
8	Reabilitação das instalações dos agentes de exploração do porto de Viana do Castelo.	CASAVIANA, L. ^{da}	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	37 567,57
9	Reparação da parede divisória do armazém do porto comercial de Viana do Castelo.	CASAVIANA, L. ^{da}	Ajuste directo	20 149,77
10	Substituição da rede principal de abastecimento de água do porto comercial de Viana do Castelo.	Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S. A.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	48 113,01
11	Melhoramento das condições de apoio à pesca no portinho de Vila Praia de Ancora.	Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S. A.	Ajuste directo	24 794,43
12	Dragagem de emergência na barra do portinho de Vila Praia de Ancora.	OFM — Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S. A.	Ajuste directo	39 160
13	Construção da ponte pedonal sobre a doquilha — zona 2 do POE de Vila do Conde.	António da Silva Campos, L. ^{da}	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	57 000
14	Empreitada de concepção/projecto e construção das obras necessárias à melhoria das acessibilidades e das condições de segurança na barra do Douro.	Somague Engenharia/Irmãos Cavaco, S. A.	Concurso público	21 193 867,62
15	Empreitada de construção do cais da Pala	IED — Indústria Extractiva do Douro, L. ^{da}	Concurso público	123 423
16	Empreitada de dragagem de manutenção do canal de navegação do Douro entre a ponte de São João e a barragem de Crestuma.	INERSEL, S. A.	Concurso público	387 500